

## Reflexões sobre mobilizações sociais em rede na contemporaneidade: novos exercícios de agência e cidadania

### RESUMO

**Gustavo Souza Santos**  
[gustavo.ccpv@gmail.com](mailto:gustavo.ccpv@gmail.com)  
Doutorando em  
Desenvolvimento Social  
pela Universidade Estadual  
de Montes Claros  
(Unimontes). Professor do  
Centro Universitário  
FIPMoc, Montes Claros,  
Minas Gerais, Brasil.

Manifestações diversas ocuparam espaços e vocalizaram demandas de natureza social, econômica e política pelo mundo, desde 2010. Mobilizações como a Primavera Árabe, o Occupy Wall Street, a Revolução dos Pinguins, a Geração à rasca, as mobilizações de 15-M e da Praça Syntagma até as Jornadas de Junho tornaram as ruas vórtices para reivindicações e exercícios de ação e participação política. A insurgência destas manifestações foi marcada pelo usufruto de redes sociais como instrumentos de aporte à organização, articulação e difusão dos atos. A proposta do texto é refletir a emergência de mobilizações sociais em rede contemporâneas e a produção de novos exercícios de cidadania, democracia e fazer político diante do ciberespaço. Destaca-se a interlocução entre insurgências on-line e off-line e a comunicação em rede como indumentária popular para a ação política.

**PALAVRAS-CHAVE:** Rede. Cibercultura. Política. Cidadania.

---

## INTRODUÇÃO

O ano é 2010 e, Tarek bin Tayeb Bouazizi, um vendedor tunisiano de frutas e legumes de 26 anos faleceu após atear fogo ao próprio corpo em protesto às más condições de vida que seu povo levava. Seu martírio consistiu em uma prova cruenta e de metáfora eloquente do que as bases socioeconômicas de seu país representavam. A morte do cidadão constituiu um emblema para o germe de uma onda de protestos a cobrir a Tunísia e que levaram o ditador Ben Ali a deixar o poder ocupado por 20 anos.

Em 2011, a mesma centelha tunisiana inflamou a nação egípcia, que se engajou em busca de um novo projeto de país. As ruas foram tomadas de protestos e conclames de mudanças vocalizadas na persona do ditador Hosni Mubarak, há 30 anos no comando ditatorial do Egito de modo paternalista e com mãos de ferro. A insurreição tinha por tónus as condições de vida da população ao dissabor de incertezas, precariedades e violência. Com a queda ditatorial, a população desejava um suspiro esperançoso.

Levantes líbios e sírios também foram observados, marcados por anelos de um novo tipo de governança e um conjunto de situações que transformassem sua realidade subjugada. Agremiando o norte africano e Oriente Médio, tal movimento ficou conhecido como Primavera Árabe. As vozes populares se encontraram nas ruas fazendo com que as tramas de sua indignação florescessem em protestos e transformações sociais, a partir de uma nova perspectiva de seus países e de suas histórias.

Fagulhas puderam ser acompanhadas também na Europa. Os espanhóis conquistaram a Praça Puerta Del Sol e, sob o selo de indignados<sup>1</sup>, promoveram a dissonância do discurso político vigente e a necessidade de se refletir os modelos de governabilidade do país. Lutou-se contra a hegemonia política binária, contra a representação social de seus projetos e impactos no cotidiano espanhol e ante ao envelhecimento político, em busca de uma nova cultura política nacional.

A reivindicação por melhores condições de trabalho e educação fez portugueses saírem às ruas e se declararem uma geração “à rasca”<sup>2</sup>, isto é, paralisada, avariada e aquém de suas possibilidades. Os gritos da população aglutinada nos espaços públicos de grandes cidades portuguesas eram uníssonos: direito ao trabalho e à educação. Já os gregos, ocuparam a praça ateniense de Syntagma em confronto às medidas austeras adotadas pelo governo diante do desequilíbrio administrativo do país.

A trajetória insurgente chega à América em 17 de setembro de 2011. No Zuccotti Park, distrito financeiro - e porque não iconográfico - de Wall Street em Nova York, manifestantes estabeleceram uma ocupação permanente em protesto à má distribuição de renda, poderio de bancos e corporações, educação superior paga e corrupção. Os protestos demarcaram e ocuparam um espaço representativo e simbólico, e a partir de então, sinal de resistência e conclame popular.

No Chile, uma década depois do fim do regime militar, as regiões

metropolitanas de Santiago foram tomadas por estudantes reivindicando melhorias na qualidade de ensino e o acesso à universidade. Os pinguins<sup>3</sup> promoveram sua revolução indo às ruas, ocupando instituições de ensino e, sob parcerias sindicais, gerando greves gerais, fazendo o status de prosperidade do país ser posto em xeque ante as gerações atuais no vislumbre das vindouras.

Em junho de 2013, o Movimento Passe Livre<sup>4</sup> - movimento ativista em torno do transporte público gratuito e da mobilidade urbana - ocupou vias paulistanas para protestarem contra o aumento da tarifa do transporte público feito mesmo após negociações e diálogos com o poder público. Contudo, as manifestações tiveram seu escopo amplificado, agremiando novos adeptos por todos os estados brasileiros, tornando as ruas do país um vórtice para reivindicações diversas, relacionadas à temas sociais, econômicos e políticos. O movimento agora com um corpo mais robusto, fiou-se à etiqueta “O gigante acordou”<sup>5</sup>, aludindo ao país “gigante” que, a partir daquele momento, teria acordado para transformar sua realidade. Sentimentos nacionais de mudança dos quadros nacionais foram congregados territorialmente. A sintonia entre essas diferentes mobilizações populares está no usufruto de redes sociais como instrumentos de insurgência, tornando a comunicação em rede parte do processo de querela.

A partir da interlocução entre insurgências on-line e off-line e a comunicação em rede como indumentária popular para a ação política e, considerada a especificidade dessas mobilizações sociais, propõe-se aqui refletir a produção de novos exercícios de cidadania, democracia e fazer político diante do ciberespaço.

A reflexão considerou tratar a emergência das mobilizações em rede e as transformações e provocações sociopolíticas desencadeadas, a partir de análises sobretudo de Gohn (2010; 2014; 2018), Castells (1999; 2013; 2015), Touraine (2009), Lévy (2000), entre outros.

Considera-se a emergência e a tipologia sociopolítica das mobilizações, bem como seus significados para uma transformação da esfera pública, de modo que a reflexão não se detém à exploração explicativa dos contextos situacionais político-geográficos.

Inicia-se discutindo aproximações entre as emergências contemporâneas de mobilizações sociais em rede e as questões que trazem à tona ao debate sociopolítico. A seguir, abre-se um paralelo entre movimentos e mobilizações sociais para entender a novidade que trazem à noção de esfera pública. E, por fim, reflete-se o papel da comunicação em rede neste prospecto.

## DESENVOLVIMENTO

A sintonia é ampla. Nessa trajetória de movimentos, a Primavera Árabe no norte africano e no Oriente Médio, o Occupy Wall Street nos Estados Unidos, a revolta dos indignados na Espanha, a geração à rasca portuguesa, a revolução chilena dos pinguins e outros cenários tiveram ressonância precedente ao caso brasileiro, tendo a profusão de expressões sociopolíticas, de ativismos e pulsos socioespaciais como chancela.

O que dista nesta trajetória de movimentos em termos de localização geográfica, processo histórico e causas levadas a pleito, aproxima em termos de abordagem e dinâmica. E tal proximidade não encontra endosso apenas na linha temporal e na influência mútua pela difusão midiática.

A apropriação das ruas, o engajamento sociopolítico resgatado (SANTOS; CUNHA, 2018c), os devires coletivizados, a integração identitária (SANTOS; CUNHA, 2018a), as tramas de comunicação de difusão e transmissão de mensagens e o arranjo de um movimento (SANTOS; CUNHA, 2018b) marcado por ativismos em rede se concatenam na emergência de uma espacialidade de insurgência particular.

Postos em perspectiva, os movimentos de insurgência aqui acompanhados não se enquadram na tipificação característica, padronizada e burocrática do que se entende por movimentos sociais (GOHN, 2010; 2018). Mantendo distância da negligência discursiva de sua mais valia ou efemeridade, tais eventos apresentaram elementos constitutivos de uma nova tessitura de movimentos sociais na contemporaneidade, atrelados a vínculos socioespaciais e sociopolíticos em trânsito, ou melhor, em transformação.

O agenciamento espontâneo, a organização em rede, o aporte de mecanismos on-line, o resgate aos autos da cultura e do engajamento político, bem como os desdobramentos espaciais observados em sua insurgência e desenvolvimento revelam outras profundezas e elementos aquiescentes para o estudo de movimentos sociais contemporâneos. Não apenas sob luzes sociológicas, mas sobretudo espaciais.

Há que se destacar ainda, ao lado da perspectiva socioespacial das Jornadas de Junho e predecessoras, o agenciamento de base on-line - essencial ao off-line (RICCI, 2018; RICCI; ARLEY, 2014). No bojo das mobilizações, foi comum o uso de rede sociais on-line e seus dispositivos para o convite à manifestação, a organização dos trabalhos, difusão de informações e comunicação irrestrita - para o caso dos países da Primavera Árabe que tinha a imprensa cerceada e os meios de se informar e comunicar restritos. O espaço de insurgência mostrou-se assim, um espaço reticulado de reflexo on-line e off-line.

A estrutura básica permanece: há identidades em exercício alinhavadas na ação coletiva de sujeitos, forças opositoras que constituem centros de poder hegemônicos e projetos de vida arrolados a demandas plurais e específicas que se

tornam força de querela. Porém, novas tecnologias de manifestação e de fazer política são dispostas. Ora para controle, ora coerção, ora reação, ora transformação.

As mobilizações guardam diferenças históricas, geográficas, políticas, culturais e sociais. No entanto, há similaridades pontuais para um enquadramento de atenção. Isto é, as manifestações se desenvolveram de modo reticulado, multiescalar, efervescente, volátil, sem capitaneamento de organizações formais e arrematados pelas redes sociais *on-line*, com acústica *off-line*.

A detonação e a difusão dos atos se constituíram de redes socioespaciais. A coletividade presente no conteúdo, forma, dinâmica e estrutura das mobilizações passou a consistir de operações reticuladas (SCHERER-WARREN, 2006; 2014). A dinâmica das redes - sejam pré-existentes, geradas a partir dos rompantes factuais ou até submersas<sup>6</sup> - tornou-se linguagem e substância das articulações, de modo que a ação tem na reticulação sua vazão.

Essa cultura de redes não concebe os limites territoriais, fronteiriços ou distanciamentos geográficos de qualquer natureza, visto que seus arcos e nós se comunicam por meio de fluxos em diferentes escalas simultaneamente. A dispersão e diversidade territorial tornam-se substrato para uma circulação de fluxos de agência e potência multiescalares.

A horizontalidade é verificada na medida em que as convocatórias e a organização dos atos se davam em níveis que extrapolavam hierarquias institucionais tradicionais de agência popular. Esse atributo das mobilizações, discutidas em perspectiva, é controversa, uma vez que faz-se supor não haver lideranças, objetivos e disputas.

A manifestação caudalosa das mobilizações não se coaduna a agendas estritas e a lideranças formais, organizadas e que fazem supor arquétipos organizacionais tradicionais de movimentos sociais, cristalizantes. Mas sob o empuxo da causa reivindicatória e detonadora da ação, o capitaneamento de velhas agendas e bandeiras se vê diluído e secundarizado pela agenda que se monta de sobressalto e que consiste o estopim da atividade.

Por certo que a dimensão do poder e do contrapoder tem não somente novas leituras, mas novas prerrogativas, uma vez que sua substância ora é interpolada pelos manifestantes, ora ressignificada, ora subvertida, ora negociada. Os pressupostos de que o poder é sempre um denominador de caos é chacoalhada por essas mobilizações que o tornam um envelopamento de seus fluxos de comunicação mobilizada.

A horizontalidade não se entende, nesse sentido, como uma narrativa idílica e isonômica de poder entre querelantes e detentores de hegemonia. Nem tampouco, essas mobilizações em rede aqui querem distorcer o quadro sociológico e histórico das lideranças sociopolíticas populares tradicionais, enfraquecendo seus papéis e sua incursão contemporânea. O que se verifica é um fenômeno de base comunicacional em que vozes antigas se veem incorporadas a uma meta-narrativa sem cabeças definidoras - não, a princípio.

Concomitante a esse caráter horizontalizado, há seu caráter finito e limitado, a julgar pela natureza de movimentações análogas. A efervescência e a volatilidade dos atos levantam suspeitas epistemológicas, jornalísticas e de opinião pública. Atos que escalonam sua envergadura e tão logo cessam seu vigor e, sob o olhar não apurado, parecem ter sido pulsão passional efêmera e, portanto, com pouca validade.

Porém, essa estética peculiar é partícipe de novas modulações dos sujeitos e seus arranjos coletivos. O efervescente, volátil e, aparentemente, efêmero é índice de transformação e reelaboração dos sujeitos, suas narrativas e mobilizações. O que se observa é um desenvolvimento particular de atos sociopolíticos em que o cessar não significa o fim, mas a metabolização da energia primeira em outros processos e práticas.

A leitura sobre atos, práticas e movimentos de incursão sócio-histórica têm, frequentemente, seu valor medido pela envergadura de legado, contingência e permanência. Essa constelação de mobilizações - e que nessa tese, é apresentada como parte de uma prática e de uma performance - têm na impermanência, na energia viral e na sismologia de práticas que tão logo cumprem sua percepção de agitação, acaba por acalmar-se, sua orientação.

Essa calma, após o abalo, não é compreendida como um cessar, mas um processo transformador, metabólico. Ora, uma performance tem sua execução demarcada e percebida, mas ao findar-se, deixa sua percepção introjetar uma nova experiência, a partir da recepção. A performance como acontecimento se encerra, mas suas ocorrências e consequências permanecem a partir de quem performa, de quem a recebe e a acompanha.

As mobilizações possuíram uma indumentária comum. As redes sociais *on-line* eram utilizadas como observatórios, laboratórios de ação e (des)construção de narrativas, além do apoio logístico dos eventos. Todavia, essa acuidade *on-line* tinha reflexos diretos por uma acústica *off-line*. As vias do ciberespaço deitavam refletância aos fluxos e fixos das cidades de pequeno, médio e grande porte ocupadas nos atos.

Esses eventos são partícipes de uma nova realidade comunicacional que Castells (1999) definiu no início do século como sociedade em rede, e que também Canclini (2013) tratou de complexificar, se debruçando sobre a comunicação de massa e suas repercussões sociais. Sujeitos mobilizados passaram a não apenas participar dessa dinâmica comunicacional, mas a lançar mão dos ferramentais compreendidos por seu *zeitgeist*.

O prospecto remonta a um cenário de comunicação em rede em três aspectos: horizontal, autocentrada e alternativa. Isto é, sujeitos e os eventos dos quais participam e desencadeiam se estabelecem a partir de uma horizontalidade produtiva, comunicando-se para além das mediações, em contraposição à estrutura midiática tradicional de massa, verticalizante.

Produzindo, codificando, difundindo e decodificando suas próprias mensagens, esse processo comunicacional é também autocentrado, ou autocomunicação. O poder como um marcador indelével e que cria tessituras de

dominação e controle parece deglutido em suas noções hegemônicas, enquanto sujeitos que não ocupam porções oficiais do poder disseminam mensagens e instruem suas redes.

Além da mediação oficial de veículos, linhas editoriais e agendas governamentais, os processos de comunicação dos quais essas mobilizações escoam são também alternativos. Esse caráter alternativo implica em uma disputa de narrativa de veículos de imprensa e dos dispositivos governamentais oficiais, detentores da prerrogativa comunicacional na sociedade de massa, ou mesmo na subversão da própria condição de usuários de plataformas de redes sociais, comunicando-se para além da estrutura e os ideários comerciais que abrigam essas mensagens.

Isto é, ao criarem grupos, difundirem postagens, criarem eventos e engajarem *hashtags*, os usuários - também sujeitos mobilizados - criam uma zona horizontal de comunicação (sem intermediários hegemônicos), aut centrada (cuja produção contribua com os pares e sua instrução) e alternativa (apurando, circulando e disputando mensagens e narrativas independentemente daqueles que detém os meios de comunicação). Esse aparato comunicacional está correlacionado aos processos mobilizados acompanhados pelos noticiários e pelas pesquisas nos últimos 10 anos.

Processos, mediações e interfaces são perceptíveis na vida social, a partir da diversidade de dispositivos e práticas comunicacionais contemporâneas. Para além da técnica e da linguagem, notam-se novos *modus operandi* e *vivendi*. E isso se desprende dos movimentos enunciados anteriormente. Forças sociais se revelam híbridas, hibridizadas e hibridizantes em meio à sociedade, ou como percebe-se, de uma cultura de redes.

As redes assumem novos desdobramentos, não mais restritos a desenhos logísticos, mas socioespaciais, tecnológicos e comunicacionais, tornando-se linguagem e aparato arrematador do cotidiano. Há novas redes para sujeitos e novos sujeitos para redes. Novidades cujo exame se faz necessário. Esse empreendimento, destarte os recortes, é pretense aqui.

Mobilizações sociais e a ação coletiva não podem ser compreendidas olvidando sua conjuntura histórica. A contemporaneidade marcada pela emancipação da internet como um direito e uma possibilidade de cidadania ubíqua, torna possíveis novos insumos e novas indumentárias de produção de devires. E devires acompanhados de novas agências e potências de fazer e perceber política, cidadania e democracia.

Castells (2013, p. 18) auxilia nessa construção:

Ao longo da história, os movimentos sociais são produtores de novos valores e objetos em torno dos quais as instituições da sociedade se transformaram a fim de representar esses valores criando novas formas para organizar a vida social. Os movimentos sociais exercem o contrapoder construindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detém o poder institucional. Como os meios de comunicação de massa são amplamente controlados por governos e empresas de mídia, na

sociedade em rede a autonomia da comunicação é basicamente construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio. As redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida.

De posse de novos insumos e indumentárias possibilitados pela consolidação do ciberespaço como espaço de movências e navegação social e, da cibercultura como tecido de produção de subjetividade e expressão, a ação dessas novas mobilizações sociais são carregadas subversão, ao exercerem contrapoder por meio processos comunicacionais autônomos.

Tão fundamental quanto a mensagem de insurgência é o meio de sua difusão. Quando os centros de poder monopolizam as comunicações, e conseqüentemente as narrativas, a subversão se estabelece na medida em que exercendo a comunicação trivial - por meio da troca de mensagens e publicações em redes sociais on-line -, política e insurgência são feitas em uma dinâmica de ativação do espaço público.

As manifestações aqui tratadas, ao serem arregimentadas pelas redes sociais expressam gritos pelo fazer e viver política. Política como liberdade arendtiana, que na polis encontra sua realização (ARENDDT, 2006). No esteio da cibercultura, produz-se não só autonomia comunicacional, mas liberdade. Liberdade esta que se metaboliza em cidadinidade, que por sua vez, é agência e potência na esfera pública.

Ora, Arendt (2006; 2007) vê na liberdade e na ação política similaridade, já que o sujeito não se move de modo autocrático e encontra plenitude da liberdade no reconhecimento da pluralidade, sem ensimesmar-se. Touraine (2009) entende a constituição do sujeito como experiência social, na contestação da lógica vigente ou na busca de integração, tecendo sua dinâmica quando se põe em movimento, isto é, a partir da ação e esta, coletiva.

Em sintonia, tanto Arendt (2006) como Touraine (2009) entendem que o indivíduo só é livre, isto é, verte sua identidade, sua construção, seu projeto e suas necessidades, quando está agindo. É na ambivalência de potência e agência que o sujeito se constitui, emerge e acontece. Portanto, a nova cartela de recursos de que lança mão, com a autonomia da comunicação, são modelos fidedignos de exercício cidadão, livre e político.

Nas manifestações aqui dispostas em sintonia, a difusão dos movimentos foi catalisada por dinâmicas que envolveram uma ativação territorial marcada por flexões solidárias. A espontaneidade, volatilidade e progressão dos atos se modulou por um processo de refletância on-line/off-line, em que a comunicação autônoma das redes sociais articulou-se como aditivo.

Essa articulação das redes sociais on-line como gramática da ação coletiva permite pensar sobre dois espectros: inicialmente sobre os insumos e a indumentária na qual as mobilizações contemporâneas têm lançado mão, metamorfoseando sua práxis; e a seguir, a transformação potencializada da política e da esfera pública (HABERMAS, 1997), especificamente na ação política e no exercício cidadão.

Mobilizações sociais e políticas, amplamente estudadas, ganham assim outros contornos e que fazem repensar sua estrutura, significado e epistemologia. Para além de seu conteúdo, sua (re)produção é provocadora. É necessário dirigir exames fractais e cujos recortes atinjam outras nervuras sociais, espaciais, políticas, culturais, comunicacionais, tecnológicas e históricas.

A comunicação em rede delinea aqui um novo prospecto de funcionamento social e de devires, onde a virtualidade e a ubiquidade se tornam articuladores de uma complexidade que disputa a agência e a potência do sujeito em tempos, espaços e dinâmicas fugidios, novos. E esse caráter sócio-técnico fugaz desperta desconfiança e interpretações cristalizadas sob o encaixe de tradições já disputadas por essa contemporaneidade.

Cenários em torno da cibercultura são ágeis e retráteis, progredindo no tempo e no espaço em um *continuum* de transformações que precisam de discussão para que não evanescam sem exames mais aprofundados. Tais fenômenos são frequentemente assumidos como meros componentes da indústria de mídia sem que maiores reflexões sobre suas implicações aos sujeitos e suas coletividades sejam feitas.

Se há infraestrutura, há estruturas e processos. É preciso cercar as alterações e arranjos que tocam o sujeito diante do objeto tecnológico e comunicacional para além de uma visão de infraestrutura. É preciso considerar as novas alocações dos sujeitos, suas práticas e, portanto, performances.

Comunicação é mais do que indumentária e aparato material. Rede representa mais do que desenhos de operações cotidianas. É preciso demorar o olhar sobre as metamorfoses da emergência dos sujeitos, da tipologia das lutas, suas dinâmicas, estéticas, imaginários e gramáticas.

Como Castells (2013), confessa-se aqui que esses eventos - e junho de 2013 como caso em especial - enunciam um empoderamento cidadão primaveril dotado de autonomia comunicativa e consciência geracional, que denotam agência e potência em mobilização.

Antes que a crítica se aposse dos termos empoderamento e primavera, convém debater que é preciso que a linguagem dos fatos, a poética dos acontecimentos e o critério analítico da teoria se apurem, combinando frentes reflexivas sobre o tempo. Do contrário, seus novos capítulos podem não assumir seu espaço. Como Touraine (1998) atesta, a imagem do militante inspira desconfiança, antes de qualquer outra impressão de admiração ou interesse.

O acontecimento social como disrupção humana produtiva é capaz de, no reclame de atenção por sua ação visível, desencadear abalos e microtransformações invisíveis ou com visibilidade aquém do holofote habitual ou funcionalista-imediatista, no qual se espera uma contribuição mensurável, organizada e planejada dos atos, do contrário, é rechaçado.

## Movimentos e mobilizações: alterações na esfera pública

Lacunas são observadas na literatura sobre os movimentos sociais e suas novas injunções, como o que implicaria o adjetivo novos, o que distingue historicamente estas ações e, seus papéis, destaca Gohn (2010; 2018). Contudo, outra categoria emerge desse debate: a de mobilizações sociais. Como compreender esse limiar de transformações no chão da prática e nas paredes da teoria é um ensejo deste estudo.

Operacionaliza-se aqui a diferença entre as categorias movimentos sociais e mobilizações sociais, entendendo seu campo comum (as lutas, programas e ações), mas verificando distinções sobre seu desencadeamento, recepção e continuidade. A categoria movimento social historicamente construída tende a se concentrar em lutas, objetivos e projetos com cristalizações ou institucionalizações progressivas, a fim de assegurar o feito de seu objeto de engajamento.

As mobilizações sociais, embora dividam o caráter comum dos chamados movimento sociais tradicionais - tido na identidade que se forma durante a luta, a identificação de opositores e a fundamentação de projetos de vida e sociedade -, têm em sua constituição um marcador menos condensado em hierarquizações, organogramas formais e permanências institucionais.

Todavia, como Gohn (2014), acredita-se aqui que as ações populares - destarte as nomenclaturas categóricas - possuem um caráter educativo e de aprendizado para seus próprios autores, redefinindo e pautando a própria esfera pública em termos de essência, agência, potência e vivência. Há que se destacar os modelos de inovações sociais e geração de saberes desses acontecimentos para sua materialidade, e é aqui, que o olhar teórico-metodológico deve fazer campanha.

Nesse sentido, observa-se uma unidade temática no uso das categorias, na medida em que se configuram como atividades sociopolíticas com ideários cidadãos, e provocativas na esfera e conjuntura pública. Contudo, seu posicionamento na literatura tem a ver com a reflexão sobre as tessituras diacrônico-sincrônicas e a progressão dos eventos. Esses significados balizam novas leituras nas quais as categorias assumem diferenças em denominadores práticos, processuais, estéticos e dinâmicos.

Movimentos e mobilizações sociais guardam contato na medida em que estabelecem relações intersubjetivas entre os sujeitos, a partir de demandas e experiências (MANEIRO, 2006); em sua configuração como conflito social e projeto cultural diante de adversários (TOURAINÉ, 2009); e como espaços ativos de ideias e ações, onde os afetos são parte da atividade (BRANDÃO, 2004).

Por outro lado, Barker (2014) ao retomar Marx, faz uso de um movimento como um todo constitutivo de ondas, e não de movimentos no plural, designando fragmentações ou variedades. Ao invés de "movimentos sociais", há "movimento social" e este composto de manifestações difusas. Nessa concepção, escapa-se ao

conceito de movimentos sociais como entidades isoladas e fatiadas, permitindo também que sua práxis política não fique fracionada.

Essa definição concebe que, quanto maior a diversidade, a heterogeneidade e a variabilidade dos círculos sociais de um movimento, maior sua amplitude em temas, demandas e especificidades de lutas. O que não reduz sua magnitude, ou tampouco o fragiliza. Essa unidade face à diversidade revela camadas sociais e culturais em diferentes tempos a eclodir em diferentes espaços. A riqueza deste formato está no estímulo insercional entre as camadas.

Opta-se aqui pela tomada do conceito de mobilização social, na medida em que este se debruça sobre ondas sociopolíticas dotadas de trajetórias cíclicas e cuja conjuntura se manifesta por mecanismos "espontâneos", horizontalizados e de efemeridade transformadora. E, nessa enseada conceitual, adota-se a perspectiva de entendê-las como círculos sociais heterogêneos, fractais e diversos.

E, operacionalizando mobilizações sociais como categoria, adiciona-se o complemento "em rede" para destacar sua composição. E como Castells (2013) pontua, as mobilizações, ao produzirem valores que por pressão reorganizam a produção da vida social, não o fazem senão em redes, exercendo o contrapoder providas de processos comunicativos autônomos e alternativos.

Primavera Árabe, 15M, Revolução dos Pinguins, Geração à rasca, protestos gregos, *Occupy Wall Street* e as Jornadas de Junho são partícipes dessa constelação mobilizada e reticulada. Estes exemplares não se comportam apenas como casos factuais pontuais, mas sua realização anunciou realidades gestadas no tecido social no qual a política é feita e a esfera pública se arrola, indicando novas alocações dos sujeitos e significados de seus devires e práticas coletivas.

Retomando o quadro da sociedade em rede, complexificada pela tônica das mediações dos meios na contemporaneidade, gestam uma esfera pública hipermidiática ou uma ágora digital cujas tessituras, ações, processos, práticas e códigos se coadunam, produzindo vertentes particulares. Emergem-se novas dinâmicas sociopolíticas, e nelas, novas performances.

A começar das novas dinâmicas, nota-se que, espacialmente, a refletância entre as operações on-line e off-line complexifica o espaço público e urbano como arena, onde as escalas e territórios em suas fronteiras e divisórias não são limítrofes, mas intercambiantes.

As mobilizações sociais em rede se ativam espacialmente por meio de uma conexão entre a percepção, a agência e a potência per si. Tem-se um perceber-agir-poder híbrido, sob a fecundidade da matriz on-line que rompe a oposição errônea do off-line como lugar do real. Espaço como substrato, representação e acontecimento deitam sua significação e produção em uma interface *on* e *off*, por meio de uma hibridização.

Atos on-line interpolam atos off-line e vice-versa, e a natureza do espaço aqui é híbrida, ganhando contornos de rebatimento e reflexos nos pares de operação: o virtual e o atual. Nesse ínterim, escalas são multiescalas e territórios são multiterritórios, provisórios, estratégicos ao sabor e rigor do rompante de protesto e duráveis até que sua nuvem de propagação evanesça.

Temporalmente, verifica-se nas mobilizações a dissolução de trajetórias temporais, marcadas pelo imediato, pelo volátil e pela reformulação contínua do que é produzido e vivido. Não há uma clareza sobre a longevidade dos atos ou sua institucionalização implicando em cristalizações vivificadas temporalmente. A presentificação da ação é sua tônica, uma leitura redentora do(s) passado(s) com um compromisso em potencializar futuros possíveis, por meio da potência do presente (SANTOS, 2018a).

A comunicação em rede desenvolve modos de agir movidos por projetos de vida e país combinados, evocando uma tipologia de navegação pela esfera pública e de cidadania por blocos consumíveis, parcelas seletivas de compromisso, relações contextuais e mediadas. Tratam-se de novas performances sociopolíticas.

As ações *on-line* e a *off-line* são imbricadas no contexto das mobilizações em perspectiva; virtualidade, fragmentação e ocupação se inter-relacionam para produzir ações, discursos, imaginários e realocações do entendimento sobre a substância da participação social. Tratam-se de performances híbridas.

Essas performances, isto é, exercícios de agência e potência dos sujeitos no espaço público são parte da liturgia de procedência da política, produzida em seu lugar oficioso de processamento, mas presente na produção do cotidiano, corriqueiro e regular. Na performance, o sujeito postula sua individualização e detona sua condição como movimento, colocando-se em sentido de engajamento.

Os adjetivos "novas", "sociopolíticas" e "híbridas" estão inter-relacionados na medida em que são caminhos de análise aqui empreendidos e indicativos de uma condição factual, espaçotemporal e objeto de debruçamento - necessário, diga-se. Ora, se já é parte do condão da mobilização dos sujeitos colocarem seus corpos em uma sinergia criadora, uma coreografia, chama-se a atenção aqui para o caráter mais novo dessa condição.

Por performances, entendem-se o posicionamento dos corpos dos sujeitos diante do diapasão da manifestação sociopolítica. Os corpos se mobilizam de modo conotativo, na medida em que representam as condições de existência e produção da vida, mas denotativo, como corpos à baila na interrupção de fluxos (das ruas, mas das narrativas), delineando performances, um conjunto imagético-coreográfico de movimentos compreendidos sensorial, cognitiva e politicamente.

O conceito de performance, derivado das artes e das linguagens (MEDEIROS, 2014; PROVASI, 2016), é utilizado aqui como um conceito em que exercícios de *aisthesis* (a imagem, o sensível, o provocativo) e *poiesis* (criação, produção, significação) são conjugadores ou detonadores de ações criativas de manifestação sociopolítica em espaços e tempos reelaborados.

Em adendo, a performance não é ficção ou mera representação, como destaca Medeiros (2014), mas ela é *presentificadora*, torna presente o real que não se reduz às representações. Desse modo, o caráter híbrido e sociopolítico das mobilizações em rede e que evidenciaram essas novas performances, sinaliza um cabedal de dados que carecem de investigação sobre sua concepção, produção, processo, prática, imagem e efeitos.

A performance opera com a efemeridade, tendo o tempo por elemento estético (MEDEIROS, 2014; PROVASI, 2016). E o espaço é seu esteio, já que os ordenamentos, configurações e fluxos habituais ditados pelo ritmo da cotidianidade são esteios para seu detonamento e acontecimento visível, reativo. Nesse conjunto, duas outras possibilidades são abertas, a partir das mobilizações sociais em rede.

A insurreição é, de fato, um acontecimento factual e localizado no tempo e no espaço. Contudo, não pode ser definida - mesmo em suas formas mais abrasivas, efervescentes e efêmeras - como uma causalidade ou sucessão simples de fatores que condicionam uma mobilização e acondicionam um afeto insurgente (SILVA; MARTINS, 2018).

Parece uma visão utilitarista e imediatista considerar as mobilizações como localizadas estritamente, uma vez que reverberações anteriores e posteriores lhe são características fundantes (MARTIN-BARBERO, 2001). E, desse modo, a qualidade processual é um destaque dos atos, lutas e mobilizações. O conteúdo insurgente pode ser fugidio, mas revela profundezas dos significados intrincados e transformadores que motivam a mobilização e os sentidos da luta.

E no processo de luta são próprias as flexões e recombinações que a própria luta evoca e provoca. Experiências integradoras, apropriações criativas e elucubrações linguísticas são aspectos participantes do significado significativo de mobilizar-se. Tais aspectos derivam em última instância da diversidade e multiplicidade de atores que esses processos abarcam (SILVA; MARTINS, 2018).

### **Comunicação em rede para mobilizações em rede**

Em uma perspectiva que foge do embate ambivalente entre apocalípticos e integrados (ECO, 2015), mas procura lançar lume sobre que ações e práticas têm sido desenvolvidas na virtualidade das relações do ciberespaço, quer se aproximar da cidadania e da ação política imiscuída desse novo dado, não mais meramente midiático e eletrônico, mas digital e convergente, sobretudo.

Essa onda de mobilizações arremetidas pela comunicação em rede e por uma estética reticulada são partícipes de uma temporalidade que habita espacialidades metamorfoseadas, como a noção do ciberespaço. Evadindo-se da narrativa fantástica originária de Gibson (2016) e enveredando-se pela noção cultural de Lévy (2000) que apresenta uma dimensão vital: a noção de comunidade reflexiva e ativa.

A partir do cenário de pervasividade tecnológica, da ubiquidade dos dispositivos de conexão e do acesso superabundante da informação, uma nova ágora se consolida. Esta ágora não é mais exclusivamente eletrônica e mediada, mas virtual, ou melhor digital. E nessa circunscrição, três pulsões fortalecem o espírito público da ágora: a interconexão global de dispositivos e acessos, as comunidades virtuais que produzem pertencas e identidades e a inteligência coletiva (LÉVY, 1998; 2000), que é cara a essa discussão.

A interconexão, a primeira das pulsões, é o sedimento da construção cidadina desse novo tipo de exercício, já que conecta os diferentes, junta os plurais e permite consensos e dissensos. Diz da multiplicidade, versatilidade e multifuncionalidade de dispositivos de infraestrutura lógica e técnica que garante acesso, interconectividade e interação de sujeitos subvertendo limites temporais (sempre on-line e em tempo real) e espaciais (sem limites fronteiriços claros).

As comunidades virtuais, a segunda pulsão e que procede da primeira, forma a base da ação que encontra na coletividade o ditame da prática. Essas comunidades, pelo viço virtual de que lhes são próprias, abrigam economias do plural e do diferente em interface à conexão. A virtualidade das conexões permitem o abrigo de um número ampliado de diferentes e comuns em torno de pertencimentos múltiplos, isto é, diversas comunidades e grupos.

A inteligência coletiva é produto e dinâmica das comunidades virtuais em interconexão, designando a terceira pulsão levyniana. Diz da capacidade que sujeitos e comunidades desenvolvem de conceber e agir sobre o próprio meio em função de sua melhoria continuada. É uma dinâmica cooperativa e colaborativa de agir em torno do contexto comunitário interconectado, o que não prescinde de incursões off-line.

A combinação dessas três pulsões, conforme Lévy (2000), é o que garante ao ciberespaço uma dimensão sociocultural difusa, engajada, participante e participativa da realidade. Esse postulado torna o ambiente on-line e em rede, um sistema de relações interconectadas, comunitárias e agentes, corroborando em uma gramática própria da ágora e de esfera pública.

Nesse sentido:

[...] a ágora é o espaço onde o discurso ressoa e gera construções e coletividades. É o espaço que ecoa entre os matizes do particular para o público, espacializados em uma dimensão de pertença, de ação e tônica altamente socializante e politizante. Eis o que os tempos de cibercultura tem oferecido como tenro fruto: a produção de uma ágora digital povoada por sujeitos em trânsito e sob o forte influxo informacional contemporâneo (SANTOS; CHAVES; CUNHA, 2018, p. 108).

A natureza da ágora, aqui digital e interpolada ao espaço público pela agência dos sujeitos sociais, permanece balizada pelo pulso socializante e politizante do *zoon politikon* que lhe é fundante. Esse espaço, que desponta como um lócus autêntico de ação (SANTOS; TRINDADE; ROCHA, 2015), é colaborativo, alinhavado à realidade e disposto a tomá-la como espaço e tempo de ação.

A densidade tecnocultural (LEMOS, 2015) e o contingente informacional (LÉVY, 2000), por incorporar em si as faculdades, potencialidades e liberdades do espaço público, sem as coerções e barreiras tidas no meio off-line, desenvolveram um sentido de poder e participação nos sujeitos que, interconectados, membros de uma pluralidade comunitária e assessorados por dinâmicas coletivas, tecem devires alternativos às hegemonias sociopolíticas e midiáticas do mundo off-line.

Convém ressaltar que, embora construído por elementos próprios e específicos, a realidade on-line da ação social e coletiva é incidente e derivada da realidade off-line. Não se trata de uma dimensão simulada ou atomizada da participação ou da cena pública, mas um novo princípio de acesso à ação e ao espírito público, sob uma nova modalidade, on-line.

Os signos do ciberespaço não evocam apenas domínios semânticos tecnológicos. É próprio da internet e de seus fluxos de informação a liberdade de navegação e mobilização. Embora legislada e submetida a circunscrições jurídicas, a virtualidade escapa ao acontecer analógico da política e do direito, tornando-se alternativa, autogerida e eminentemente democrática.

Esse prospecto criou um impulso empoderador que desabrochou na metamorfose da consciência de mundo cidadã, gerando novos produtos, gestos e devires. É uma particularidade estética inovadora, não descolada da realidade e partícipe das operações corrente do espaço público e do mundo da política (HABERMAS, 1997; LEFORT, 2001; ARENDT, 2006). São novos sentidos políticos e novos modos de fazer política.

E nessa novidade dos sentidos e da prática política é que as mobilizações sociais distribuídas em movimentos tipificados, ações coletivas e eventos episódicos se inserem. Castells (2013) destaca que as mobilizações sociais se constituem construindo um espaço público por meio de formas comunitárias livres na ordem social, política e urbana.

Assim, considerando que esse espaço é dividido com os centros de poder, seus interesses e instrumentos hegemônicos, os quais são pauta de objeção pela ação sociopolítica popular, faz-se necessário abrir novas vias ou elencar novas estratégias de agência. Os espaços on-line por sua capacidade engajadora, multiplicadora e difusora são determinantes para o equilíbrio político entre ação e hegemonia, poder e contrapoder.

Esses espaços e estratégias não se constroem apenas nos lugares visíveis de relações e ação política, cristalizados na formalização institucional. Mas, sobretudo, nos lugares invisíveis - isto é, imateriais e virtualizados - de representação e conexão do ciberespaço. "A criação desses novos espaços e sua apropriação é determinante para a mudança social, pois atingem a realidade de dentro para fora, de sua base para sua forma, de sua função para sua práxis" (SANTOS, 2017, p. 120).

Retomando as três pulsões do ciberespaço (interconexão, comunidades virtuais e inteligência coletiva) de Lévy (2000), pode-se estabelecer um diálogo paralelo com três aspectos determinantes para que ações coletivas se desenvolvam, conforme Castells (2013): noção comunitária, significação e politização.

Os sujeitos se integram em causas criando unidade a partir de sua pluralidade, gerando um senso comunitário agenciado pela causa, pela luta. A coletividade se nutre a partir do processo de significação que se estabelece entre os sentidos da luta e os signos do engajamento comunitário, criando lugares

utópicos e de realização na qual se enseja e reivindica. A politização é a indumentária para que esse processo se torne acurado.

“Os laços que se firmam no ideário de luta são elementos de coesão, e assim, auxiliam a delimitar a distância entre o pleito e a realidade” (SANTOS, 2017, p. 121). Esse processo se adensa com a incorporação de uma nova camada, a (i)materialidade virtualizante dos processos digitais. Socialização, identidade, participação e inteligência coletiva se tornam vetores de uma situação que está além de uma quimera técnico-científica, mas sinaliza, reconfigurações entre o público e o privado (SANTOS; CHAVES; CUNHA, 2018).

De 2010 a 2013, do Oriente Médio ao Brasil, as vias públicas se tornam ponto de influxo das informações que percorriam as redes sociais para agenciamento das mensagens, sendo pontos de acesso off-line para iniciativas gestadas no meio on-line. A velocidade da comunicação em rede permitia às forças insurgentes fuga do esquema midiático tradicional e hegemônico, que em última instância, significaria arrefecimento ou controle da ação.

Desse processo, pode-se nomear uma situação de refletância on-line e off-line. As operações, trocas de mensagens, organizações de atos, informações alternativas e narrativas em tempo real da mobilização ganhavam difusão e envergadura no plano on-line, para que a ação off-line se desencadeasse com o menor nível de interferência possível.

Remontando às características dos espaços digitais e dos espaços de ação criados pelas mobilizações sociais, emergiram - nos atos de que aqui se tomou por princípio de análise - laboratórios culturais, onde a interatividade desvinculada da hegemonia, potencializa a ação livre e tornam a força de insurgência mais afiada.

As informações que permitiam aos atos coesão, organização e ação relativas adivinha da co-produção dialógica entre comunicação on-line e os pontos de encontro nos espaços públicos onde a ação se torna visível na *polis*. Desse modo, estruturas espontâneas e episódicas de manifestações sociopolíticas foram possibilitadas, mesmo na ausência de hierarquias institucionais e em meio à horizontalidades de ação.

A comunicação assume um papel preponderante nos atos, tornando-se comunicação insurgente:

A constituição das redes é operada pelo da comunicação. Comunicação é o processo da comunicação socializada. [...] A contínua transformação da tecnologia da comunicação na era digital amplia o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social, numa rede que é simultaneamente global e local, genérica e personalizada, num padrão de constante mudança. [...] Existe, contudo, uma característica comum a todos os processos de construção simbólica: eles dependem amplamente das mensagens e estruturas criadas, formatadas e difundidas nas redes de comunicação multimídia. Embora cada mente humana individual construa seu próprio significado interpretando em seus próprios termos as informações comunicados, esse processamento mental é condicionado pelo ambiente da comunicação. Assim, a

mudança do ambiente comunicacional afeta diretamente as normas de construção de significado e, portanto, a produção de relações de poder (CASTELLS, 2013, p. 15).

O processo de comunicação é um processo social. E socializante. As mensagens e seu entrelaçamento significativo, essencial para a ação, depende de um ambiente comunicacional. Comumente, as estruturas comunicacionais majoritárias detêm a prerrogativa da narrativa factual. O ambiente mediado torna-se ambiente de narrativas gerenciadas (MARTÍN-BARBERO, 2001). Contudo, a operação dos serviços de redes sociais on-line reproduzem o diálogo cotidiano e tal liberdade é de difícil apreensão pelos sistemas mediados tradicionais.

Instaura-se assim um processo de comunicação que em sua origem já é insurgente, por disputar a narrativa e os signos, tornando-se contestação do jogo factual. Desse modo, a insurgência que já em si mesma um processo de desestabilização do modelo vigente e de contestação dos centros de poder, torna-se pela interação on-line um esteio simbólico particular de querela e autogestão da narrativa factual e da própria ação coletiva.

Em um ambiente comunicacional marcado pela velocidade dos fluxos de informação e pela independência dos circuitos tradicionais, as práticas comunicacionais se tornam tão intempestivas como o desenvolvimento dos atos em si. O sentido comumente cooptado pelo poder político e econômico é disputado em termos de narrativa e coalizão, gerando estruturas de senso e dissenso (OLIVEIRA, 2000).

Observa-se que a comunicação digital amplia as relações humanas e as interações sociais em dimensões ampliadas. A ubiquidade, velocidade, mobilidade e multiplicidade de dispositivos, sistemas e recursos geram tramas interconectadas de sujeitos, informações e tensões pelo fazer e acontecer sociopolítico. E aqui, sob a aquiescência da virtualidade (LE MOS, 2015; LEMOS; LÉVY, 2010). Esta trama revela um aspecto central para a discussão, a inclinação social da comunicação digital, que deflagra um processo de autocomunicação.

Autocomunicação diz da “produção da mensagem é decidida pelo remetente, a designação do receptor é autodirecionada e a recuperação de mensagens na rede é autosselecionada” (CASTELLS, 2013, p. 16). Em síntese, trata-se de um processo ampliado de construção simbólica e operacional da comunicação que é multimodal e centrada na performance do sujeito - o que age e se integra como em Arendt (2007) e Touraine (2009) - sem mediações controladoras em um processo aberto, autônomo.

A comunicação tradicional, baseada na dinâmica de massas, é caracterizada por um procedimento verticalizado de produção e recepção, que por sua vez estão circunscritos em agendas e princípios institucionalizados. Na autocomunicação, tal princípio é reinventado em uma medida de pulverização do poder, já que o processo “fornece a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, seja ele individual ou coletivo, em relação às instituições da sociedade” (CASTELLS, 2013, p. 16).

Castells (2013, p. 16) dá a tônica desse processo:

Em nossa sociedade, que conceptualizei como uma sociedade em rede, o poder é multidimensional e se organiza em torno de redes programadas em cada domínio da atividade humana, de acordo com os interesses e valores de atores habilitados. As redes de poder o exercem sobretudo influenciando a mente humana (mas não apenas) mediante as redes multimídia de comunicação de massa. Assim, as redes de comunicação são fontes decisivas de construção de poder.

Logo, as manifestações sociais calcadas em ambientes digitais de comunicação como insumo de insurgência têm sua práxis aditivada, já que a autogestão torna o sujeito ainda mais ativo. A conjuntura desse ambiente comunicacional torna o sujeito, assim, agente de contestação e desconstrução das narrativas hegemônicas de incidência do poder e de produção de mensagens.

A autocomunicação desses novos meios e insumos é, desse modo, empoderadora. Em si, rearranja em seu próprio eixo, exercendo papéis sociais e políticos sobre domínios marcados por estruturas narrativas hegemônicas. Esse processo incide sobre o agir político que se constitui na relação consenso-dissenso, na coalizão e na integração do plural. Isso implica em renovações da participação social, arrefecidos nas últimas décadas em função de conjunturas hostis ao espírito público (CARVALHO, 2000).

Naturalmente, em uma perspectiva dialética da concentração de poder, representantes governamentais e empresariais veem a internet e sua trama com reservas e certo temor (CASTELLS, 2013; 2015). Porém, a liberdade é uma vicissitude da comunicação em rede, balizada como uma benesse moderna. Desse modo, tanto iniciativas públicas e privadas podem tanto potencializar, quanto controlar, cooptar e explorar esse terreno.

Todavia, no plano da ação social, a comunicação digital torna-se ameaça aos processos decisórios de agendas governamentais e econômico-privadas por sua natureza espontânea, fluida e alternativa. O equilíbrio de poderes e a produção de narrativas se tornam terrenos mais disputados e cujo acirramento pode detonar eventos como junho de 2013, por exemplo.

A autocomunicação é um processo de autonomia sobre o ambiente de troca de mensagens. Essa autonomia no cerne da comunicação digital é também alternativa:

A autocomunicação prevê uma comunicação autônoma, isto é, pautada no protagonismo e no exercício dos sujeitos. O domínio da comunicação midiática tradicionalmente nas mãos de seus grupos e dos esquemas horizontalizantes e verticalizantes de difusão de mensagens se vê atravessado por um processo de comunicação que é igualmente estruturante, mas multimodal, constituindo uma situação de comunicação alternativa (SANTOS, 2017, p. 140).

O adjetivo alternativo aqui designa um desencaixe desse tipológico midiático à gestão tradicional, vertical e hegemônica da comunicação social. Desse modo, a gramática da ação social torna-se capaz de desconstruir os constructos de poder. O usufruto de redes sociais e dispositivos na internet tornam-se recursos que se alinhavam à participação social, agora ressignificada pela adição de uma camada digital.

“Os atores da mudança social são capazes de exercer influência decisiva utilizando mecanismos de construção do poder que correspondem às formas e aos processos do poder na sociedade em rede” (CASTELLS, 2013, p. 18). Essa perspectiva é capital para um balanço geral da contiguidade das mobilizações nas quais essa discussão é aberta. Novos meios geram novas práticas e demandam novas ações.

A eclosão dos protestos foi marcada por disputas simbólicas na produção de diferentes narrativas, aquelas que vinham dos manifestantes e das ruas, e a que vinha dos veículos de mídia tradicionais e das leituras dos governos. Assim, a comunicação tradicional – horizontal e vertical – detinha o controle das narrativas e, conseqüentemente, da produção de sentido em torno delas, desequilibrando o poder por meio da disputa simbólica (SANTOS, 2017, p. 139-140).

A conjuntura atinge não apenas o *modus operandi* da política e da participação social, mas seu *modus vivendi* também, constituindo uma metamorfose da mobilização e uma aditivização da ação dos sujeitos. E tal prospecto permitiu que as mobilizações em foco desanuviassem os roteiros narrativos coercitivos, de modo que o exercício sociopolítico popular se torna um fator de equilíbrio de poderes e de produção de sentido.

O uso de redes sociais, de formas de comunicação autônoma e alternativa em uma miríade de recursos ressignificam a práxis de mobilização social e reelaboram objetos de querela e disputa da realidade, o que gera produtos reativos e produtores de desenvolvimento. Por ora, a estética e a gramática dessas mobilizações é subversiva, mas na medida em que a comunicação digital se instaura como um esteio, a ágora digital se tornará mais incrustada sobre os meandros do ser, do fazer e do acontecer político.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estética e a gramática das mobilizações sociais arrematadas pela comunicação digital e em rede é marcada por uma nova práxis que desloca a ação dos sujeitos para a autonomia dos processos de se produzir política, equilibrando as relações de poder em um nível onde a informação reticulada é uma dinâmica de coalizão.

As características essenciais dessa jornada de comunicação é sua natureza autônoma e alternativa que escapa às coerções tradicionais das hegemônias detentoras do controle narrativo e da incidência de poder. Tal prospecto torna o espaço público on e off-line um esteio mais acirrado de disputadas entre o

consenso e o dissenso, agora potencializados pela vertiginosidade da informação em rede.

É preciso ressaltar a refletância on-line e off-line desse processo. O ceticismo em torno da dimensão sociotécnica da realidade é esperada. Contudo, nesses arranjos episódicos, há o delineamento de novas condutas em torno do político e do público. E esse novo é um produto representativo do qual é necessário um salto interpretativo para captar sua minúcia.

A noção de esfera pública se complexifica, sofrendo fragmentações. As ambiências em rede criam um tráfego mais intenso de circulação de informações, tornando o objeto sociopolítico disputado. Modifica-se também as estruturas da agência, fazendo emergir sujeitos e práticas híbridos. Nota-se, sobretudo, um cenário de cenários, cujo exame não deve ser fortuito, mas deve encontrar nos fluxos e tramas o lume necessário para apreender as variáveis deste tempo.

## Reflections on social mobilizations in networks: new exercises of agency and citizenship

### ABSTRACT

Diverse demonstrations took place and demanded for a social, economic and political agenda of change around the world in 2010. Mobilizations like Arab Spring, Occupy Wall Street, Penguin Revolutions, Generation à rasca, 15-M and Syntagma square acts to June Days made the streets vortexes to insurgency and exercises of political acting and practicing. The insurgency of these demonstrations was marked by the use of social networks as instruments of contribution to the organization, articulation and diffusion of acts. The proposal of the text is to reflect the emergence of social mobilizations in contemporary networks and the production of new exercises in citizenship, democracy and political action in the face of cyberspace. We highlight the interlocution between online and offline insurgencies and network communication as a popular clothing for political action.

**KEYWORDS:** Network. Cyberculture. Politics. Citizenship.

## NOTAS

<sup>1</sup>As manifestações espanholas ficaram conhecidas como Revolta ou Revolução dos Indignados, bem como 15-M, em alusão à data marco dos protestos de 15 de maio de 2011.

<sup>2</sup>Os protestos portugueses foram chamados de “geração à rasca” em alusão ao chamamento de “geração rasca” em protestos estudantis de 1994. “À rasca” é uma expressão lusitana para “com dificuldades para a realização de algo, prejudicado”.

<sup>3</sup>Os manifestantes chilenos ficaram conhecidos pela alcunha de “pinguins” em referência à aparência dos uniformes estudantis do ensino secundário e à causa educacional em protesto.

<sup>4</sup>Para entender a autodefinição e os princípios do Movimento Passe Livre, conferir <http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/>.

<sup>5</sup>“O gigante acordou” e “vem pra rua” se tornaram expressões conhecidas do movimento e fazem alusão a *slogans* publicitários das marcas Johnnie Walker e Fiat, respectivamente, com temáticas de sentimento e sentido nacional, de campanhas veiculadas no período.

<sup>6</sup>Redes submersas indicam condições socioculturais de interações e tratamento de pautas que já existem, mas por sua estrutura horizontal, não se articula até o momento em que alguma causalidade desperte sua força estrutura e a faça emergir. Sobre o conceito de redes submersas, consultar Zibechi (1997; 2008).

## AGRADECIMENTOS

Agradecimentos especiais à Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) e ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

## REFERÊNCIAS

ARENDR, H. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARENDR, H. **O Que é Política?** Tradução de Reinaldo Guarany. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BARKER, C. “O movimento como um todo”: ondas e crises. **Revista Outubro**, n. 22, p. 5-34, jul./dez., 2014.

BRANDÃO, C. R. A vida reinventada: movimentos sociais e movimentos ambientalistas. In: PESSOA, J. M. (Org). **Saberes de nós: ensaios de educação e movimentos sociais**. Goiânia: UCG, 2004. p. 43-120.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**. Estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz & Terra, 1999.

CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CARVALHO, J. M. Cidadania na encruzilhada. In: BIGNOTTO, N. (Org.). **Pensar a república**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 105-130.

ECO, H. **Apocalípticos e integrados**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

FERNANDES, E.; ROSENO, R. F. **Protesta Brasil**: das redes sociais às manifestações de rua. São Paulo: Prata Editora, 2013.

GIBSON, W. **Neuromancer**. Tradução de Marcia Men. 5. ed. São Paulo: Aleph, 2016.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOHN, M. G. **Manifestações de junho de 2013 e praça dos indignados no mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

GOHN, M. G. **Manifestações e protestos no Brasil**: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2018.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

LEFORT, C. **Pensando o Político**: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade. Tradução de Eliana M. Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

LEMOS, A. **Cibercultura**. Tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 7. ed. São Paulo: Sulina, 2015.

LEMOS, A.; LÉVY, P. **O futuro da internet**: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. 3. Ed. São Paulo: Loyola, 1998.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2000.

MANEIRO, M. Movimentos sociais e Estado: uma perspectiva relacional. In: DOMINGUES, José Maurício; MANEIRO, Maria (org.). **América Latina hoje**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 85-121.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Tradução de Ronald Polito e Sérgio García Canclini. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

MEDEIROS, M. B. Performance, Charivari e política. **Revista Brasileira de Estudos de Presença**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 47-59, jan./abr. 2014.

OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. **Os Sentidos da Democracia**. Políticas do dissenso e hegemonia global. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 2000.

PROVASI, B. Atos como Performance na Ocupação do Espaço Urbano: contra um modelo de cidade para os megaeventos. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, Porto Alegre, v. 6, n. 3, p. 429-459, set./dez. 2016.

RICCI, R. D. Movimentos e mobilizações sociais no Brasil: de 2013 aos dias atuais. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. esp., p. 90-107, nov. 2018.

RICCI R., ARLEY, P. **Nas ruas**: a outra política que emergiu em junho de 2013. Belo Horizonte: Letramento; 2014.

SANTOS, G. S. **#vemprarua**: territorialidades de insurgência e ativismos on-line/off-line nas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2017.

SANTOS, G. S.; TRINDADE, L. T.; ROCHA, J. S. B. Um novo lócus espaço-temporal. **Animus – Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, Santa Maria, v. 14, n. 28, p. 171-186, 2015.

SANTOS, G. S.; CHAVES, H. F. C.; CUNHA, M. G. C. Reconfigurações socioespaciais e sociopolíticas em tempos de cibercultura: uma nova cultura política? **InterEspaço**, Grajaú, v. 4, n. 13, p. 107-118, jan./abr, 2018.

SANTOS, G. S.; CUNHA, M. G. C. As Territorialidades Insurgentes do Gigante Desperto: Jornadas de Junho de 2013 no Brasil e suas Dinâmicas Territoriais. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 35, p. 37-48, 24 jul. 2018a.

SANTOS, G. S.; CUNHA, M. G. C. Entre protestos e fluxos: rede e escala nas jornadas de junho de 2013 no Brasil. **Revista Elisée**, Porangatu, v. 7, n. 1, p. 71-84, jan./jul. 2018b.

SANTOS, G. S.; CUNHA, M. G. C. “Não é por R\$ 0,20, é por direitos”: dinâmicas de insurgência nas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 19, n. 67, p. 71-84, set./dez. 2018c.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, abr. 2006.

SCHERER-WARREN, I. Manifestações de rua no Brasil em 2013: encontros e desencontros na política. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 17, n. 71, p. 417-431, maio/ago. 2014.

SILVA, R. R.; MARTINS, B. G. A emergência do cartaz nas Jornadas de Junho: excesso de palavras e políticas da escrita insurgente. **Mídia e Cotidiano**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 142-162, dez. 2018.

TOURAINÉ, A. O sujeito como movimento social. In: \_\_\_\_\_. **Crítica da modernidade**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 247-268.

TOURAINÉ, A. O sujeito. In: \_\_\_\_\_. **Iguais e diferentes**. Poderemos viver juntos? Lisboa: Instituto Piaget, 1998. p. 79-123.

ZIBECHI, R. **La revuelta juvenil de los 90**. Las redes sociales en la gestación de una cultura alternativa. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1997.

ZIBECHI, R. **Autonomías y emancipaciones**: América Latina en movimiento. Ciudad de México: Bajo Tierra-Sísifo Ediciones, 2008.

**Recebido:** 22/04/2020

**Aprovado:** 29/07/2020

**DOI:** 10.3895/rts.v16n45.12058

**Como citar:** SANTOS, G.S. Reflexões sobre mobilizações sociais em rede na contemporaneidade: novos exercícios de agência e cidadania. **Rev. Technol. Soc.**, Curitiba, v. 16, n. 45, p. 202-226, out./dez., 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/12058>. Acesso em: XXX.

**Correspondência:**

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

